

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e Relatório dos auditores independentes

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações dos resultados	12
Demonstrações dos resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16



Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A **Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A** (“**SMTE**” ou “**Companhia**”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2023.

1) A companhia

A SMTE é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 14 de dezembro de 2005 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1502, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) Setor elétrico – segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	679,86
Tensão em kV:	500
Subestações próprias/ acessadas:	5

3) Desempenho Financeiro:

3.1) Receita

A Resolução Homologatória nº 3.216 publicada em 4 de julho de 2023, estabeleceu novos valores referentes às receitas anuais permitidas da Companhia, para o ciclo de 2023/2024, com decréscimo na RAP de R\$ 57.566.759 (cinquenta e sete milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, setecentos e cinquenta e nove reais), vide nota explicativa 1.2.



3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2023 e 2022 são:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
• Liquidez geral	3,37	4,03
• Liquidez corrente	3,57	6,23
• Relação patrimônio líquido/ativo	70,34%	75,19%
• Relação passivo não circulante/ativo	22,50%	17,65%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	19,18%	9,80%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	22,17%	10,76%
Ativos totais – R\$	643.874.218	746.865.914
Lucro líquido do exercício – R\$	86.855.167	55.005.191

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2023 nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança e criamos um novo departamento de Governança Corporativa que é composto por cinco gerências: Assuntos de Governança Corporativa, Regulatório de Relacionamento, Compliance e Privacidade, Cultura de Comunicação Corporativa e Gestão Administrativa e Supervisão. O novo departamento vai integrar divisões multidisciplinares e suas funções de gestão, fortalecendo a governança da empresa, de acordo com as melhores práticas do mercado.

O Grupo é representado em sua instância máxima de governança pelo Comitê Sênior de Gestão (SMC). O órgão é composto por executivos com reconhecida experiência no setor elétrico. As decisões do SMC são apoiadas por oito comitês especialistas em temas estratégicos. Em 2023, também introduzimos um novo sistema de governança que através da sua implementação a rastreabilidade e eficiência dos processos de tomadas das decisões foram aprimoradas.

Com a criação de uma área dedicada ao ESG (Environment, Social, Governance), impulsionamos medidas relevantes como a viabilização das debêntures verdes na implantação da Silvânia Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. A adesão ao Pacto Global materializou o empenho da SGBH em gerar valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Com isso, estaremos cada vez mais alinhados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o objetivo corporativo de transmitir energia de forma sustentável e mediante condutas transparentes. Assim, seguiremos gerando valor não apenas para o negócio, mas para toda a sociedade.

5) Gestão de Riscos

Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes ao mesmo tempo que se preserva e promove a geração de valor. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a avaliação de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho.



Dispomos de uma área dedicada, com a premissa de promover o gerenciamento de riscos em toda organização conforme exigentes padrões de qualidade e alinhado com as melhores práticas e frameworks globais, visando à sustentabilidade corporativa, segurança de colaboradores e comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos relacionados à nossa estratégia corporativa bem como os fatores de riscos que permeiam nossas atividades e processos. A Matriz de Risco é constantemente atualizada e a SGBH monitora continuamente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa (“Top Risks”), além de desenvolver o ambiente de controles internos de todos os riscos mapeados bem como a condução de trabalhos de auditoria interna que auxiliam na avaliação da efetividade destes controles e identificação de oportunidades de melhoria.

6) Ética, Transparência e Compliance

Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso e respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em integridade, ética e transparência nas relações com nossos colaboradores, fornecedores, prestadores de serviço, parceiros de negócio e concorrentes.

Em 2023, fizemos atualizações importantes neste documento, a fim de darmos destaque ao Canal de Ética e, ainda, criamos tópicos específicos sobre o nosso compromisso com os Direitos Humanos, combate ao Assédio Moral e Sexual no ambiente de trabalho, e luta contra Fraude e Corrupção. Além disso, para todos os tópicos, foram incluídos exemplos práticos da conduta esperada e do que não será tolerado pela SGBH, tornando assim, o Código de Ética e Conduta um guia claro e preciso para ser consultado a qualquer momento.

Com o objetivo aumentar a eficiência na condução do tema, também em 2023, criamos a Divisão de Compliance & Privacidade, parte do Departamento de Governança Corporativa.

Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, o time de Compliance realiza treinamentos presenciais tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais, para todos os níveis hierárquicos. Além disso, o time de Compliance também é responsável por criar pílulas mensais abordando temas atuais de compliance enviados por e-mail, como privacidade e proteção de dados, igualdade racial e de gênero, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral e sexual no ambiente de trabalho.

O time de Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por uma empresa independente que analisa o conteúdo dos relatos e, após análise inicial, os encaminha ao Time de Compliance, que conduz as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos críticos são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança. Em 2023 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia.

Em meados de 2022, a Companhia deu mais um grande e significativo passo na jornada ESG, com a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), demonstrando que seu compromisso vai muito além da segurança operacional, e que suas práticas de meio ambiente, sustentabilidade e governança estarão cada vez mais alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o compromisso da Companhia de transmitir energia de forma sustentável e transparente, gerando valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.



7) Responsabilidade ambiental e social

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivados em projetos que promovem a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 13 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada Pelo Grupo que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.

8) Serviços de Auditoria Externa

Em 2023 a empresa teve como auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente.

Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes da Companhia Exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

Remuneração Relacionada aos Serviços de auditoria Externa		
Auditor Independente	2023	2022
KPMG Auditores Independentes	66.230	83.511
Total	66.230	83.511

A companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

9) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2024.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

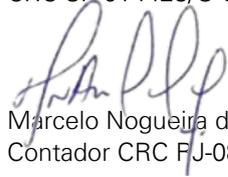
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC FJ-086312/O-6

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	57.910.011	218.751.168
Concessionárias e permissionárias	7	17.252.641	19.509.936
Contas a receber - partes relacionadas	22	4.615.072	4.253.843
Almoxarifado		3.970.965	4.107.554
Adiantamento a fornecedores		691.398	656.819
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.742.483	621.565
Outros impostos a recuperar		2.373.713	4.685.881
Ativo de contrato	8	72.708.218	75.463.457
Outros ativos circulantes		2.358.993	4.833.108
		164.623.494	332.883.331
Ativo não circulante			
Realizável no Longo Prazo			
Ativo de contrato	8	468.024.381	401.873.705
Outros ativos não circulantes		8.484.007	9.027.417
		476.508.388	410.901.122
Imobilizado		1.618.736	2.218.906
Intangível		1.123.600	862.555
		2.742.336	3.081.461
Total do ativo		643.874.218	746.865.914

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros	9	14.938.332	4.669.248
Fornecedores - partes relacionadas	22	2.369.182	1.083.321
Obrigações sociais e trabalhistas	12	6.606.467	6.124.832
Imposto de renda e contribuição social a pagar	10	14.963.039	29.090.846
Outros impostos a pagar	10	4.211.255	2.977.613
Taxas regulamentares	11	3.023.996	9.123.919
Dividendos propostos	15	-	395.077
		46.112.271	53.464.856
Passivo não circulante			
Outras provisões - compensação ambiental		2.891.908	2.761.680
Provisão para contingências	13	8.531.000	9.080.530
Impostos diferidos	14	133.436.957	120.008.007
		144.859.865	131.850.217
Patrimônio líquido	15		
Capital social		355.358.824	520.358.824
Reserva legal		6.422.113	2.079.355
Reserva de lucros		91.121.145	39.112.662
		452.902.082	561.550.841
Total do passivo e do patrimônio líquido		643.874.218	746.865.914

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	16	184.087.600	105.272.117
Custo da construção e operação	17	<u>(83.687.398)</u>	<u>(39.650.910)</u>
Lucro bruto		100.400.202	65.621.207
Despesas gerais e administrativas	18	(3.906.118)	(11.221.715)
Outras receitas operacionais líquidas	19	<u>6.964.940</u>	<u>6.031.386</u>
Lucro antes do resultado financeiro		103.459.024	60.430.878
Resultado financeiro	20	<u>21.797.443</u>	<u>18.652.119</u>
Receita financeira		22.530.929	18.422.230
Despesa financeira		(733.486)	229.889
Resultado antes dos impostos		<u>125.256.467</u>	<u>79.082.997</u>
IRPJ e CSLL correntes	21	(30.921.390)	(38.027.274)
IRPJ e CSLL diferidos	21	<u>(7.479.910)</u>	<u>13.949.468</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>86.855.167</u></u>	<u><u>55.005.191</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	<u>86.855.167</u>	<u>55.005.191</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultados abrangentes	<u>86.855.167</u>	<u>55.005.191</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em Reais)

	Capital Social	Reserva de lucros		Lucro / (Prejuízo) acumulado	Total
		Reserva Legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	520.358.824	-	-	(13.418.097)	506.940.727
Lucro líquido do exercício	-	-	-	55.005.191	55.005.191
Constituição de reserva legal (Nota explicativa 15)	-	2.079.355	-	(2.079.355)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 15)	-	-	-	(395.077)	(395.077)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 15)	-	-	39.112.662	(39.112.662)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	520.358.824	2.079.355	39.112.662	-	561.550.841
Redução de capital (Nota explicativa 15)	(165.000.000)	-	-	-	(165.000.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	86.855.167	86.855.167
Constituição de reserva legal	-	4.342.758	-	(4.342.758)	-
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 15)	-	-	-	(9.604.923)	(9.604.923)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 15)	-	-	72.907.486	(72.907.486)	-
Distribuição de dividendos intermediários (Nota explicativa 15)	-	-	(20.899.003)	-	(20.899.003)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	355.358.824	6.422.113	91.121.145	-	452.902.082

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos		125.256.467	79.082.997
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Depreciação e amortização		890.454	855.504
Provisão para perda de crédito esperada	7	12.512	933.094
Provisão para contingências	13	(549.530)	2.190.787
Provisão para compensação ambiental		130.228	(1.310.927)
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Concessionárias e permissionárias		2.244.783	698.306
Contas a receber - partes relacionadas		(361.229)	(1.102.436)
Ativo de contrato	8	(63.395.437)	49.741.943
Almoxarifado		136.589	511.107
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(2.120.918)	6.758.858
Outros impostos a recuperar		2.312.168	(2.427.245)
Adiantamentos a fornecedores		(34.579)	(547.738)
Outros ativos		3.017.525	(302.074)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores – terceiros		10.269.084	2.700.553
Fornecedores – partes relacionadas		1.285.861	(181.709)
Imposto de renda de contribuição social a pagar		(5.624.807)	(1.257.517)
Outros impostos a pagar		23.694.731	15.167.773
PIS e COFINS diferido		5.949.039	(4.755.256)
Taxas regulamentares		(6.099.923)	965.971
Outros impostos pagos		(23.901.826)	(14.317.933)
Obrigações sociais e trabalhistas		481.633	1.391.455
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		73.592.827	134.795.513
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(39.424.390)	(23.029.745)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		34.168.437	111.765.768
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível		(551.329)	(774.978)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		(551.329)	(774.978)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital	15	(165.000.000)	-
Dividendos pagos	15	(21.294.081)	-
Juros sobre capital próprio pagos	15	(8.164.184)	-
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento		(194.458.265)	-
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(160.841.157)	110.990.790
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		218.751.168	107.760.378
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		57.910.011	218.751.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1. Informações gerais

A Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. (“SMTE” ou “Companhia”) é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 14 de dezembro de 2005 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1502, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal.

A Companhia é uma concessionária de transmissão de energia elétrica e foi constituída pelo Grupo Isolux Corsan S.A., que foi vencedor do Leilão 001/2005 - Lote C - ANEEL. A Companhia iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2008 e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

No dia 27 de abril de 2006, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão ANEEL nº 003/2006 - Expansão da Interligação Norte-Sul III, trecho 3, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas em áreas do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais:

- (i) Linha de Transmissão 500 kV Serra da Mesa II-Luziânia, com extensão aproximada de 310 km, no Estado de Goiás, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 314 km devido à característica do local em que a linha foi implantada.
- (ii) Linha de Transmissão 500 kV Luziânia-Paracatu IV, com extensão aproximada de 118 km, no Estado de Minas Gerais, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 110 km devido à característica do local em que a linha foi implantada.
- (iii) Linha de Transmissão 500 kV Paracatu IV-Emborcação, com extensão aproximada de 188 km, no Estado de Minas Gerais.
- (iv) Linha de Transmissão 500 kV Luziânia-Samambaia, com extensão aproximada de 65 km, nos estados de Goiás e Distrito Federal, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 67 km devido à característica do local em que a linha foi implantada.
- (v) Subestações de Serra da Mesa II, Luziânia, Paracatu IV e Samambaia.

De acordo com a Resolução Autorizativa nº 9.932/21, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autoriza a Companhia a implantar os reforços em instalações de transmissão de energia elétrica sob sua responsabilidade referentes ao empreendimento: T2021-033 - SE Luziânia - novo banco de reatores de barra 500kV.

De acordo com a Resolução Autorizativa nº 12.266/22, alterada posteriormente pela Resolução Autorizativa nº 13.312/23, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autoriza a Companhia a implantar os reforços em instalações de transmissão de energia elétrica sob sua responsabilidade referentes ao empreendimento: T2022-078 - Reforço na SE Paracatu 4 - instalação do 3º TR 500/138 kV, 3x100 MVA, conexões, e IB 500kV.

1.2 Receita anual permitida (RAP)

A RAP do contrato de concessão foi determinada em aproximadamente R\$66.900.000 (sessenta e seis milhões e novecentos mil reais) (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão.

A Companhia entrou em operação em 18 de fevereiro de 2008. Em 27 de junho de 2008, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 670, estabeleceu a RAP da Companhia em aproximadamente R\$70.000.000 (setenta milhões) para o período de 1º de julho de 2008 a 30 de junho de 2009.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 161.474.727 (cento e sessenta e um milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, setecentos e vinte e sete reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 157.518.796 (cento e cinquenta e sete milhões, quinhentos e dezoito mil, setecentos e noventa e seis reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

Em 4 de julho de 2023, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 estabeleceu a RAP em R\$ 99.952.036 (noventa e nove milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, trinta e seis reais) para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. Base de preparação e apresentação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 01 de março de 2024.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Base de preparação e apresentação

3.1 Informação de políticas contábeis materiais

A entidade adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de

políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 4 Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

4. Políticas contábeis materiais

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360

4.3 Estoques

Os estoques são compostos essencialmente por materiais de almoxarifado que são consumidos conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício e máquinas equipamentos para substituição do ativo de contrato que são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

O custo dos estoques é baseado no método de alocação de custo médio. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4 Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

4.5 Ativo de contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

4.6 Ativo imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

4.7 Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu

reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

4.8 Provisão para redução ao valor recuperável (impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.9 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

4.10 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com

base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.12 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.13 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.14 Receita operacional

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

- (a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- (b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.
- (c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

4.15 Instrumentos financeiros

a. *Ativos financeiros*

Classificação e mensuração – Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
 - Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
 - Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

- (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

4.16 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4.17 Transações com partes relacionadas

As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

(a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

(b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

(c) Outras normas Contábeis:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	575.495	448.486
Aplicações financeiras (i)	<u>57.334.516</u>	<u>218.302.682</u>
	<u>57.910.011</u>	<u>218.751.168</u>

- (i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa média de 103,32% do CDI no exercício de 2023 e 103,98% do CDI no exercício de 2022. A variação negativa no caixa da Companhia refere-se principalmente a redução de capital aprovada pela ANEEL e realizada no mês de setembro no valor de R\$ 165.000.000 (cento e sessenta e cinco milhões).

7. Concessionárias e permissionárias

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	15.224.006	18.641.849
Vencidas até 30 dias	38.033	21.711
Vencidas até 60 dias	277.155	5.223
Vencidas até 90 dias	738.358	12.884
Vencidas há mais de 90 dias	<u>1.955.547</u>	<u>1.796.215</u>
	18.233.099	20.477.882
Provisão para perda de crédito esperada (PCE)	<u>(980.458)</u>	<u>(967.946)</u>
	<u>17.252.641</u>	<u>19.509.936</u>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(967.946)	(34.852)
Reversão	21.793	11.759
Adição (i)	<u>(34.305)</u>	<u>(944.853)</u>
Saldo final	<u>(980.458)</u>	<u>(967.946)</u>

- (i) Variação refere-se principalmente ao AVC complementar do grupo Quinturará de junho/2022 ainda não recebidos provisionados em 2022.

8. Ativo de contrato

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	72.708.218	75.463.457
Não circulante	468.024.381	401.873.705
	<u>540.732.599</u>	<u>477.337.162</u>

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	477.337.162
Receita de construção (i)	67.130.639
Receita de O&M (ii)	33.023.340
Receita de remuneração (iii)	73.138.128
Recebimentos (iv)	(108.978.158)
Adiantamentos de projetos (iv)	(918.512)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>540.732.599</u>
Circulante	72.708.218
Não circulante	468.024.381

Saldo em 31 de dezembro de 2021	527.079.105
Receita de construção (i)	23.993.247
Receita de O&M (ii)	30.369.234
Receita de remuneração (iii)	76.660.909
Recebimentos (iv)	(182.431.581)
Adiantamentos de projetos (v)	1.666.248
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>477.337.162</u>
Circulante	75.463.457
Não circulante	401.873.705

- (i) O aumento em 2023 refere-se substancialmente aos investimentos com os projetos de reforço referente a instalação do 3º Banco de Transformadores 500/138 kV, 3x100 MVA e conexões, conforme resolução autorizativa 1266/22 e nova entrada de linha no barramento de 138 kV na Subestação (SE) Paracatu 4 conforme Parecer de Acesso 0085-R0.
- (ii) Valor refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção.
- (iii) Variação devido a redução do saldo de ativo contratual do projeto base, que consequentemente reduz a receita de remuneração.
- (iv) Saldos se referem a recebimentos dos serviços prestados de transmissão conforme RAP aprovada e atualizada a cada ciclo pelo regulador.
- (v) Variação refere-se substancialmente na aquisição de veículos para as subestações da Serra da Mesa.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.

- Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

9. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para encerramento de obra	108.141	176.848
Fornecedores relacionados à construção (i)	14.042.799	3.574.607
Gastos ambientais e fundiários	6.440	73.564
Prestadores de serviços	574.342	272.973
Outros	206.610	571.256
	14.938.332	4.669.248

(i) Referente a despesas associadas aos projetos de reforço referente a instalação RA 1266/22 e PA 0085-R0.

10. Impostos e contribuições sociais a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ (i)	11.211.463	22.385.942
CSLL (i)	3.751.576	6.704.904
	14.963.039	29.090.846

Outros impostos a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Pis	176.450	269.046
Cofins	818.173	1.263.510
INSS	965.697	684.491
Imposto de renda retido na fonte (ii)	1.504.344	75.207
ISS	201.665	160.975
FGTS	150.943	133.394
Outros	393.983	390.990

4.211.255	2.977.613
------------------	------------------

- (i) Variação refere-se a créditos retido de clientes e de aplicações financeiras não utilizados para abatimento do IRPJ e CSLL no exercício de 2022 e que foram utilizados em 2023;
- (ii) Variação decorrente de Imposto de renda sobre JCP que será pago em 2024.

11. Taxas regulamentares

	31/12/2023	31/12/2022
Reserva global de reversão (RGR) (i)	644.268	708.444
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	30.327	1.667.351
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iii)	2.331.995	6.748.124
Conta de desenvolvimento energético (CDE) (iv)	17.406	-
	3.023.996	9.123.919

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 04 de agosto de 2023, através do Despacho nº 2.737 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2023 a junho de 2024 de R\$ 507.472 (quinhentos e sete mil, quatrocentos e setenta e dois reais).

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 20 de julho de 2023, através do Despacho nº 2.469 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas às competências de julho de 2023 a junho de 2024 de R\$ 363.927 (trezentos e sessenta e três mil, novecentos e vinte e sete reais).

(iii) P&D

Conforme a Resolução Aneel 929 de 2021, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento da ANELL, sendo 0,28% para projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

Variação é referente a encerramento do projeto gestão.

(iv) CDE

Conforme disposto na Resolução ANEEL 929/2021, as transmissoras de energia elétrica devem destinar 0,12% da ROL à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE até 31/15/2025. A CDE é um fundo do setor elétrico que tem como objetivo o desenvolvimento energético do país. A partir de 01/01/2026 este percentual será revertido para a execução de projetos de P&DI.

12. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de férias	2.331.568	2.192.629
Provisão de bônus (i)	3.769.658	3.532.238
IRRF funcionários	504.970	399.576
Outros	271	389
	<u>6.606.467</u>	<u>6.124.832</u>

- (i) O Programa de Bônus é uma ferramenta de gestão e um plano motivacional que dá aos funcionários a oportunidade de receber o reconhecimento da empresa por suas conquistas. O bônus de um funcionário é medido com base nos resultados do KPI (Key Performance Indicators Program) e do PAP (Performance Assessment Program).

13. Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos fiscais, ambientais e servidões, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Fiscais (i)	6.311.815	6.311.815
Ambientais (ii)	1.815.858	2.754.732
Servidões (iii)	403.327	13.983
	<u>8.531.000</u>	<u>9.080.530</u>

- (i) A exposição fiscal é referente a execução fiscal 0137160-10.2014.4.02.5101, atualmente a discussão está nos tribunais superiores.
- (ii) A exposição ambiental decorre do auto de infração ambiental 02001.008344/2012-24, atualmente o procedimento está em fase recursal administrativa, restando pendente o julgamento do recurso apresentado pela empresa.
- (iii) A exposição de servidões é proveniente de 2 processos fundiários de constituição de servidão administrativa, 0287097-91.2007.8.09.0128 e 0121285-94.2007.8.09.0128, ambos em fase recursal, sendo o processo de maior exposição envolvendo um valor de R\$ 395.298 (trezentos e noventa e cinco mil, duzentos e noventa e oito reais).

Nesse sentido, a movimentação do Saldo de Provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

Fiscais	Ambiental	Servidões	Total
---------	-----------	-----------	-------

Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.311.815	2.754.732	13.983	9.080.530
Adições e reversões, líquidas (i)	-	(1.731.486)	67.911	(1.663.575)
Atualizações monetárias	-	792.612	327.778	1.120.390
Pagamento	-	-	(6.345)	(6.345)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.311.815	1.815.858	403.327	8.531.000

	Trabalhistas	Fiscais	Ambiental	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	14.532	6.311.815	416.678	146.718	6.889.743
Adições e reversões, líquidas (ii)	(15.228)	-	2.338.054	(132.735)	2.190.091
Atualizações monetárias	696	-	-	-	696
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	6.311.815	2.754.732	13.983	9.080.530

- (i) As reversões se deram em do encerramento do processo ambiental 0007493-68.2014.4.02.5101 e da redução do risco provável do processo administrativo 02001.008344/2012-24 que passou de R\$ 2.276.570 (dois milhões, duzentos e setenta e seis reais, quinhentos e setenta reais), em 31/12/2022, para R\$ 1.815.858 (um milhão, oitocentos e quinze mil, oitocentos e cinquenta e oito reais) em 31/12/2023. As adições se deram devido a mudança de prognóstico do processo fundiário 0287097-91.2007.8.09.0128 que passou a ser classificado como provável pelo escritório.
- (ii) As adições ocorreram, basicamente, em razão da movimentação dos processos, com ocorrência de decisão judicial, mudanças de prognóstico e por conta da atualização monetária. As provisões fiscais constituídas referem-se a execução Fiscal proposta pelo Estado do Rio de Janeiro em face da Companhia, com vistas à cobrança de multa formal, corporificada na da Certidão de Dívida Ativa nº 2016/072.629-3, e oriunda de um suposto descumprimento ao art. 54 da Lei estadual nº 2.657/1996. - Atraso apresentação da DECLAN ICMS. referente ao processo nº 0137160-10.2014.4.02.5101. Em 2021 Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial, por unanimidade, foi julgado improvido, em função disto a variação refere-se a mudança de prognóstico de possível para provável.

Contingências possíveis (não provisionadas)

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e ambientais, conforme segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Trabalhista (i)	66.010	60.422
Ambiental (ii)	3.593.744	2.803.300
Cível (iii)	922.547	271.710
Fiscal (iv)	615.821	-
Servidões (v)	6.817	249.055
	<u>5.204.939</u>	<u>3.384.487</u>

- (i) Processos trabalhistas: Referem-se à reclamação trabalhista 0100624-31.2019.5.01.0069. A variação de valores decorre de atualização monetária.
- (ii) Processos ambientais: Refere-se a ação judicial e/ou auto de infração de natureza ambiental recebido pela Companhia, nos quais se discute o descumprimento de condicionantes de licenças ambiental A variação se deve ao processo administrativo 02553.000174_2021-84 – IBAMA x SMTE que ao findar de 2021 era considerado remoto e em 2022 após a realização da audiência de conciliação previa passou a ser classificado como possível, tendo a exposição de R\$ 2.803.300 em 2022 e a variação para 2023 é decorrente atualização monetária resultado no montante de R\$ 3.593.743 (três milhões, quinhentos e noventa e três mil e setecentos e quarenta e três reais).
- (iii) Processos cíveis: Referem-se por exemplo a ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo danos materiais e questões fundiárias. Os temas aqui referidos são tratados principalmente nos autos dos seguintes processos: 0007533-49.2008.4.01.3400, do Distrito Federal, e 0154701-

57.2013.8.19.0001, do Rio de Janeiro. A variação se deve a mudança de exposição do processo 0154701-57.2013.8.19.0001 que passou de R\$ 250.013 (duzentos e cinquenta mil e treze reais) em 31/12/2022 para R\$ 900.000 (novecentos mil reais) em 31/12/2023, esse processo ainda não foi sentenciado.

- (iv) Processos fiscais: Refere-se à execução fiscal 5032779-82.2023.8.09.0100 movida pelo Estado de Goiás. A empresa apresentou defesa e conseguiu efeito suspensivo em ação anulatória.
- (v) Servidões: Referem-se a duas ações judiciais nas quais se discute a constituição de servidão para instalação de torres de suporte à linhas de transmissão de energia elétrica. A variação se deve a alteração de prognóstico dos processos 0287097-91.2007.8.09.0128 alterado de possível para provável.

14. Impostos diferidos passivos

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2023	31/12/2022
IR e CSLL diferidos	83.492.089	76.012.179
IR Diferido	61.391.243	55.891.309
CSLL Diferida	22.100.846	20.120.870
Pis e Cofins diferidos	49.944.868	43.995.828
Pis Diferido	8.909.086	7.847.906
Cofins Diferido	41.035.782	36.147.922
	<u>133.436.957</u>	<u>120.008.007</u>

15. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 520.358.824 (quinhentos e vinte milhões, trezentos e cinquenta mil e oito e vinte e quatro reais), dividido em 520.358.824 (quinhentos e vinte milhões, trezentos e cinquenta mil e oito e vinte e quatro) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada.

Tendo em vista o excesso de capital em relação ao objeto e às operações atualmente desenvolvidas pela sociedade, os Acionistas decidiram reduzir em R\$ 165.000.000 (cento e sessenta e cinco milhões de reais) do capital social, pelo cancelamento de 165.000.000 (cento e sessenta e cinco milhões) de ações ordinárias nominativas, em conformidade com o artigo 173 da lei nº 6.404/76.

Dessa forma, o capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 passou a ser R\$ 355.358.824 (trezentos e cinquenta e cinco milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e vinte e quatro reais), representado por 355.358.824 (trezentos e cinquenta e cinco milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e vinte e quatro reais), ações ordinárias nominativas sem valor nominal com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada.

A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2023 e 2022
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%

100,00%

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros os lucros excedentes não distribuídos após absorção de prejuízo, cálculo da reserva legal, destinação de dividendos mínimos obrigatórios e pagamento de juros sobre capital próprio, ficando disponível o montante de R\$ 91.121.145 (noventa e um milhões, cento e vinte um mil, cento e quarenta e cinco reais) e R\$ 39.112.662 (trinta e nove milhões, cento e doze mil, seiscentos e sessenta e dois reais), respectivamente, na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros, conforme determinação dos Acionistas de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada

d. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

No exercício de 2023 e 2022, os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	86.855.167	55.005.191
Absorção do prejuízo	-	(13.418.097)
Base para reserva legal	86.855.167	41.587.094
Reserva legal (5%)	(4.342.758)	(2.079.355)
Base de cálculo para os dividendos	82.512.409	39.507.739
Dividendo mínimo obrigatório (ii)	825.124	395.077
Juros sobre capital próprio (i)	(9.604.923)	-

- (i) O Juros sobre o Capital Próprio (JCP), foi calculado sobre o Patrimônio Líquido da Companhia com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pro rata die, conforme determina a Lei nº 9.249/1995, e aprovado pelos acionistas através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 14/12/2022.
- (ii) Devido o valor da distribuição de JCP ter sido superior ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2023.

Foram efetuadas as aprovações de pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos que foram pagos ao longo de 2023 e 2022 conforme demonstrado abaixo:

Órgão aprovador	Data	Dividendos pagos em 2023	JCP Líquido pago em 2023	Valor do IR s/ JCP
AGO	26/04/2023	395.077	-	-
RCA	20/07/2023	20.899.004	-	-
AGE	21/12/2023	-	8.164.184	1.440.738

Total	21.294.081	8.164.184	1.440.738
--------------	-------------------	------------------	------------------

16.Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta	<u>241.202.571</u>	<u>153.630.077</u>
Receita de operação e manutenção (i)	33.023.340	30.369.234
Remuneração do ativo de contrato (ii)	73.138.128	76.660.909
Receita de construção (iii)	67.130.639	23.993.247
Outras receitas (iv)	67.910.464	22.606.687
Deduções da receita operacional	<u>(57.114.971)</u>	<u>(48.357.960)</u>
Pis e Cofins correntes	(16.328.625)	(19.001.571)
Pis e Cofins diferidos	(5.949.040)	4.755.258
RGR	(6.149.652)	(5.764.446)
P&D	(1.256.771)	(1.519.250)
CDE	(21.830.969)	(21.117.377)
TFSEE	(473.302)	(591.832)
Proinfra	(5.126.612)	(5.118.742)
	<u>184.087.600</u>	<u>105.272.117</u>

- (i) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção;
- (ii) A receita de remuneração é calculada mensalmente com base no saldo de ativo contratual. A média do saldo de ativo de contrato dos doze meses de 2023 foi inferior à média do saldo de ativo contratual dos doze meses de 2022, o que justifica a redução do saldo de remuneração em 2023;
- (iii) O aumento em 2023 refere-se substancialmente aos investimentos com os projetos de reforço referente a instalação do 3º Banco de Transformadores 500/138 kV, 3x100 MVA e conexões, conforme resolução autorizativa 1266/22 e nova entrada de linha no barramento de 138 kV na Subestação (SE) Paracatu 4 conforme Parecer de Acesso 0085-R0.
- (iv) A conta de outras receitas se refere ao ajuste de RAP, é composta pelo diferencial de inflação entre a RAP utilizada no modelo da adoção e a RAP do ciclo atual. Em 2022 também houve indisponibilidade de equipamentos que reduziu o saldo das receitas variáveis.

17.Custo da construção e operação

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(11.562.669)	(11.131.724)
Material	(1.284.360)	(1.751.554)
Serviços de terceiros	(2.424.621)	(1.952.133)
Arrendamentos e aluguéis	(309.925)	(278.960)
Seguros	(577.909)	(435.974)
Tributos	(20.352)	(34.222)
Custo Construção (i)	(62.302.601)	(18.624.835)
	(3.407.650)	(3.765.156)
Gastos diversos	(1.797.311)	(1.676.352)
	<u>(83.687.398)</u>	<u>(39.650.910)</u>

- (i) O aumento em 2023 refere-se substancialmente aos investimentos com os projetos de reforço referente a instalação do 3º Banco de Transformadores 500/138 kV, 3x100 MVA e conexões, conforme resolução autorizativa 1266/22 e nova entrada de linha no barramento de 138 kV na Subestação (SE) Paracatu 4 conforme Parecer de Acesso 0085-R0.

18.Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(3.095.180)	(4.975.819)
Administradores	(382.603)	(305.388)
Serviços de terceiros	(708.924)	(807.025)
Provisão/reversão	(12.512)	(918.842)
Gastos com locomoção	(142.584)	(900.596)
Indenizações (i)	-	(2.509.536)
Outras	435.685	(804.509)
	<u>(3.906.118)</u>	<u>(11.221.715)</u>

- (i) Por meio do contrato de compra e venda da Companhia, a vendedora se comprometeu a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos às quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais, relacionadas à Companhia, nos termos e condições previstos no Contrato. Em 2022, foi realizado um acordo, e alguns destes valores pagos pela Companhia foram negociados para recebimento a menor, gerando assim, a despesa para a companhia.

19.Outras receitas / (despesas) operacionais líquidas

Nesse grupo são registradas receitas e despesas provenientes atividades não vinculadas a concessão: Centro de Operação do Sistema (COS), Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI) e Compartilhamento de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM).

	31/12/2023	31/12/2022
Rendas da prestação de serviços	14.165.327	13.045.678
Tributos sobre a receita	(1.808.866)	(1.661.749)
Pessoal	(2.130.853)	(2.189.079)
Arrendamentos e alugueis	(216.435)	(178.673)
Depreciação	(508.573)	(528.971)
Serviços de terceiros	(889.613)	(915.385)
Gastos com serviços de O&M	(1.373.467)	(1.280.526)
Outras despesas	(272.580)	(259.909)
	<u>6.964.940</u>	<u>6.031.386</u>

20.Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receita financeira	<u>22.530.929</u>	<u>18.422.230</u>
Receitas de aplicações financeiras (i)	23.557.417	18.728.432
Variações cambiais ativas	34.498	-
Outras receitas financeiras	36.113	592.208
Tributos sobre receitas financeiras	(1.097.099)	(898.410)
Despesa financeira	<u>(733.486)</u>	<u>229.889</u>
Variações cambiais passivas	(5.687)	-
Multas e acréscimos moratórios	(73.805)	(39.828)
Outras despesas financeiras (ii)	(653.994)	269.717
	<u>21.797.443</u>	<u>18.652.119</u>

- (ii) Variação refere-se a rendimentos sobre aplicação financeira em função do aumento de valores aplicados no exercício de 2023 referentes a sobra de caixa conforme mencionado na nota explicativa 6.
- (iii) Em 2022 ocorreu estorno de atualização monetária devido ao cumprimento de compensação ambiental de gestão federal Parque Nacional Grande Sertão Veredas, Refúgio da vida Silvestre do Oeste Baiano e área de proteção ambiental Planalto Central. Em 2023 o efeito é referente a apropriação de despesas com IOF sobre aplicação financeira e atualização monetária sobre a compensação ambiental.

21. Conciliação do imposto de renda e contribuição social (IR e CS)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	125.256.467	79.082.997
Adições/Exclusões não dedutíveis	1.810.158	2.701.917
Ajustes ICPC 01	(22.345.382)	33.223.098
Juros s/ Capital Próprio	(9.604.923)	-
Outros	1.384.916	(1.072.742)
Lucro Real	<u>93.731.404</u>	<u>113.935.270</u>
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(23.408.851)	(28.459.818)
Inc. Fiscais	1.047.930	783.265
IRPJ devido (25%)	<u>(22.360.921)</u>	<u>(27.676.553)</u>
CSLL (9%)	<u>(8.560.469)</u>	<u>(10.350.721)</u>
IR e CS correntes	(30.921.390)	(38.027.274)
IR e CS diferidos	(7.479.910)	13.949.468
	<u>(41.609.344)</u>	<u>(24.077.806)</u>
Alíquota efetiva	25%	48%

22. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais:

22.1 Ativo

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas Curto Prazo	<u>5.626.890</u>	<u>5.221.512</u>
Intercompany Paranaíba – Contas a receber CCI e CPSOM	840.477	802.919
Intercompany Luziânia – Contas a receber CCI e CPSOM	171.341	164.750
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	4.614.194	3.949.170
Outros	878	304.673
Intercompany CET Brazil - Despesas de aluguel	-	31.800
Intercompany ETEE - Despesas de pessoal	-	71.738
Intercompany ITE - Despesas de pessoal	878	878
Intercompany Paranaíba - Despesas de viagens	-	14.214
Intercompany Itatim - Despesas de IPTU	-	65
Intercompany PRTE - Despesas de IPTU	-	62.419
Intercompany SGBH - Reembolso Gemini (ii)	-	123.559

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas longo prazo	46.014	-
Intercompany Paranaíba - Despesas de viagens	14.214	-
Intercompany CET Brazil - Despesas de aluguel	31.800	-

22.2 Passivo

	31/12/2023	31/12/2022
	2.369.182	1.083.321
Fornecedores - partes relacionadas	2.369.182	1.083.321
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.190.474	1.083.321
Serviços de engenharia SGSE (iii)	1.178.708	-

22.3 Resultado

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado - partes relacionadas	28.154.553	21.860.477
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	15.197.851	10.382.969
Aluguel (iii)	(139.612)	(123.234)
Serviços de engenharia SGSE (iv)	-	(752.863)
Receita de CCI e CPSOM - Paranaíba	10.856.861	10.261.439
Receita de CCI e CPSOM - Luziânia	2.239.453	2.092.166

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em abril de 2022, através do despacho N° 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2022. A variação de 2023 é justificada pelo fato de o efeito do compartilhamento de custos ter sido aplicado por um período superior ao de 2022.
- (ii) Por meio do contrato de compra e venda da Companhia, os vendedores se comprometeram a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos às quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais relacionadas à Companhia, conforme termos e condições previstos no Contrato. Diante disso, a Companhia efetuou o registro de direito a reembolso para as despesas jurídicas pagas, com aviso de débito à vendedora, visto que estas estão suportadas pelo Contrato. Porém, a vendedora não realizou o reembolso destas despesas realizadas pela companhia ao longo dos anos. Em 2022, foi realizado um acordo, entre a vendedora e a controladora SGBH, que recebeu todas as despesas pagas, em nome de suas controladas. A SGBH então, está ressarcindo controladas de acordo com os avisos de débito emitidas na época. Em 2023 o saldo foi totalmente liquidado.
- (iii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.
- (iv) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para os exercícios de 2023 e 2022.

22.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado	31/12/2023	31/12/2022
<u>Remuneração fixa e variável (*)</u>		
Salário	459.189	567.129
Benefícios diretos e indiretos	77.451	99.558
Encargos	225.249	337.605
Provisões (13 salário, férias e bônus)	289.426	458.846
Valor total da remuneração	<u>1.051.315</u>	<u>1.463.138</u>

(*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

23. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 23.1 não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	6	57.910.011	218.751.168
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	7	17.252.641	4.253.843
Contas a receber - partes relacionadas	22	4.615.072	19.509.936

Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores – terceiros	9	14.938.332	4.669.248
Fornecedores - partes relacionadas	22	2.369.182	1.083.321

Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

Efeito em Reais

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	57.910.011	218.751.168
Contas a receber partes relacionadas	17.252.641	4.253.843
Concessionária e Permissionárias	4.615.072	19.509.936

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

24. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

25. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2023	31/12/2022
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000.000	20.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	241.901.557	241.901.557
Veículos	Carros	3.607.082	3.489.605
		<u>265.508.639</u>	<u>265.391.162</u>

26. Compromissos assumidos

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar em 31/12/2023 refere-se ao montante total de R\$ 9.594.935 (nove milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, novecentos e trinta e cinco reais). Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
SMTE020215332	PROLEC GE	Fornecimento de reator	06/01/2022	2.302.578
SMTE020226217	Cobra	Contrato EPC - Banco de Reator	24/02/2022	3.877.354
SMTE-PM-2022-6917	Balteau	IPARO - Fornecimento de TC	18/07/2022	264.455
SMTE-PM-2022-6921	Brafer	IPARO - Stuctures	26/07/2022	82.447
SMTE-PM-2022-6920	Siemens	IPARO - CB / Disconnectores / Spare	29/07/2022	1.585.126
SMTE-PM-2022-6919	IOSI	IPARO - SPCS	22/08/2022	699.066
SMTEPM202140612	E-Guana	Siget	22/09/2021	11.820
EXP-SMTE-2019-008	Nari	Contrato EPC para SMTE - Paracatu 4	15/08/2019	153.735
SMTE-PM-2021-4432	SGSE - State Grid Serviços de Engenharia S.A.	Contrato EPC	27/09/2021	77.643
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	Inspeção	28/08/2021	249.647
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	Inspeção	28/08/2021	291.064
				9.594.935

Cronograma de vencimento
2024

Em R\$
9.594.935

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente
103573/O-2

Jorge Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ -